



**XXIII  
SEINPE**  
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

## **ETNOMATEMÁTICA E QUESTÕES DE GÊNERO ENTRE MULHERES INDÍGENAS ARTESÃS NÃO ALDEADAS DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ARTESÃS DO ALTO RIO NEGRO - AMARN**

**Rosilei Cardozo Moreira –Mestra– UFAM – [rose.cardozo@gmail.com](mailto:rose.cardozo@gmail.com)  
Luzia Braga Pereira de Melo – Mestra– UFAM – [lubragamelo@gmail.com](mailto:lubragamelo@gmail.com)  
Gerson Ribeiro Bacury – Doutor– UFAM – [gersonbacury@ufam.edu.br](mailto:gersonbacury@ufam.edu.br)**

**Eixo 02 - Educação, Ciência e Sustentabilidade Social: pesquisas, práticas e experiências pedagógicas envolvendo povos indígenas, quilombolas, do campo, das florestas e das águas.**

### **Resumo**

Este estudo, sob a perspectiva da Etnomatemática, investiga a articulação entre saberes tradicionais e conhecimentos matemáticos nas áreas de números, grandezas e medidas, e educação financeira, mobilizados por mulheres indígenas artesãs não aldeadas da AMARN. A pesquisa qualitativa etnográfica envolveu rodas de conversa, observação participante, análise de produtos e registros fotográficos para compreender essa relação em meio às desigualdades de gênero enfrentadas. Os resultados indicam que essas mulheres transformam o fazer artesanal em espaço de resistência, empoderamento e transmissão de saberes. O estudo destaca a necessidade de abordagens pedagógicas que valorizem a epistemologia indígena e promovam a justiça cognitiva, especialmente na educação matemática e na inclusão econômica. As estratégias coletivas observadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicação da pobreza) e 5 (igualdade de gênero).

**Palavras-chave:** Etnomatemática; Mulheres indígenas não aldeadas; Artesanato; Desigualdade de Gênero; Educação intercultural; Justiça cognitiva.

### **Introdução**

A Etnomatemática, conforme proposta por D'Ambrosio (2002), oferece um quadro teórico para compreender as práticas matemáticas desenvolvidas por diferentes grupos culturais em seus contextos cotidianos. Neste estudo, enfatiza-se a articulação de saberes tradicionais indígenas e conhecimentos matemáticos manifestos na produção artesanal realizada pelas mulheres da Associação de Mulheres Indígenas do Artesãos do Alto Rio Negro<sup>1</sup> (AMARN<sup>2</sup>).

<sup>1</sup> Região localizada no noroeste do estado do Amazonas, abrangendo a bacia do alto curso do rio Negro, nas fronteiras entre Brasil, Colômbia e Venezuela, caracterizada por grande diversidade étnica e cultural indígena, com presença ancestral de povos das famílias linguísticas Tukano, Arawak e Nadahup, e reconhecida como território de relevante importância histórica, ambiental e sociocultural.

<sup>2</sup> <https://amarn.org/https-amarn-org-quemsomos>.



**XXIII  
SEINPE**  
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

Durante a produção de artesanatos, como cestarias, bordados e outras peças, as associadas da AMARN mobilizam saberes matemáticos, incluindo simetria, padrões, contagens e proporções, conforme observado no estudo. Essas práticas, permeadas por dinâmicas de gênero, enfrentam desafios de valorização social, especialmente em contextos urbanos, onde o afastamento do território tradicional intensifica as barreiras à afirmação cultural e econômica. A invisibilidade dos saberes femininos e a desvalorização do artesanato indígena não aldeado demandam uma análise crítica sob a perspectiva da interculturalidade, visando promover sua visibilidade e reconhecimento.

Por esse viés, ao dialogar com autores como Fleuri (2003) e Santos (2007), o presente estudo se propõe a expor possibilidades de construção de uma justiça cognitiva que reconheça e valorize as múltiplas racionalidades presentes na produção e comercialização dos artesanatos indígenas, que para além de uma expressão cultural e econômica, configura-se como uma abordagem pedagógica que articula saberes tradicionais empíricos indígenas e conhecimentos matemáticos, de modo a promover a autonomia e o empoderamento das mulheres artesãs em contextos de interculturalidade, também permeados por desigualdades de gênero.

Conforme o exposto, a questão de pesquisa busca saber “Como se estabelecem as relações entre a Etnomatemática e os processos de produção artesanal das mulheres indígenas não aldeadas da AMARN em um contexto permeado pela desigualdade de gênero?” Com vistas a responder ao questionamento da pesquisa, o objetivo geral busca compreender a articulação entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos matemáticos referentes às unidades temáticas dos números; e, grandezas e medidas no processo de produção de seus artesanatos em meio desigualdades de gênero em que vivem as mulheres indígenas não aldeadas da AMARN.

Este estudo fundamenta-se em premissas teóricas e metodológicas derivadas de diálogos estabelecidos no âmbito do projeto de pesquisa aprovado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 – Universal/Faixa A – Grupos Emergentes. A pesquisa ancora-se nas reflexões críticas do Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Investigativas em

Educação Matemática (GEPIMat), vinculado à UFAM e ao CNPq, que promove abordagens interdisciplinares e cultural no campo da Educação Matemática.

Este estudo busca promover a visibilização dos saberes indígenas, fortalecendo a valorização de epistemologias tradicionais e a formulação de políticas públicas que reconheçam o papel sociocultural e econômico das mulheres indígenas artesãs não aldeadas. A valorização de práticas matemáticas tradicionais, contextualizadas em experiências concretas, é crucial para a autonomia econômica e a promoção da justiça social, conforme abordado nas seções subsequentes.

## **Mulheres Indígenas Artesãs Não Aldeadas**

Povos indígenas não aldeados<sup>3</sup>, residentes em contextos urbanos ou periurbanos fora de seus territórios tradicionais, representam uma parcela significativa da população indígena brasileira. Essa condição impõe desafios à preservação de suas identidades étnico-culturais, ao acesso a direitos fundamentais e à manutenção de práticas ancestrais, asseguradas em territórios indígenas. Por meio de estratégias de resistência e reorganização social, esses grupos reafirmam sua identidade étnica, reivindicando reconhecimento independentemente de sua localidade (Torres, 2022).

No caso das mulheres indígenas não aldeadas, a situação adquire contornos ainda mais complexos, uma vez que suas trajetórias estão atravessadas simultaneamente por marcadores de gênero, etnia e classe. Elas compõem uma parte expressiva da população indígena urbana e enfrentam múltiplas vulnerabilidades, como o racismo estrutural, a violência de gênero, o acesso precário a serviços públicos e as dificuldades para inserção em políticas públicas específicas. Em resposta a esse cenário, muitas delas organizam-se em coletivos, movimentos e associações, como é o caso da AMARN, atuando em defesa de direitos territoriais, saúde, educação, preservação ambiental e no enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio (Lasmar, 2008; Sacchi, 2003).

---

<sup>3</sup> Aqueles que, pertencendo a povos indígenas, vivem fora dos territórios tradicionalmente ocupados — como aldeias ou comunidades — e estabelecem-se em cidades ou centros urbanos, mantendo, no entanto, seus laços culturais, identitários, linguísticos e políticos com suas etnias de origem.

A desigualdade de gênero, no contexto das mulheres indígenas não aldeadas, refere-se às disparidades estruturais e sistêmicas que limitam o acesso equitativo dessas mulheres a recursos, direitos e oportunidades, intensificadas pela interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, etnia e classe. Essa forma de desigualdade manifesta-se em barreiras ao mercado de trabalho, na desvalorização de suas práticas culturais e econômicas, como o artesanato, e na exposição a formas específicas de violência, incluindo o racismo estrutural e a violência de gênero.

No ambiente urbano, onde muitas dessas mulheres residem, a ausência de políticas públicas sensíveis às suas realidades agrava a exclusão social e econômica, comprometendo sua autonomia e agência. Conforme apontado por Lasmar (2008), as mulheres indígenas urbanas enfrentam desafios adicionais relacionados à perda de redes comunitárias tradicionais, enquanto Sacchi (2003) destaca que a organização em coletivos, como associações indígenas, constitui uma estratégia de resistência para enfrentar o feminicídio e a marginalização. Assim, a desigualdade de gênero nesse contexto é um fenômeno multidimensional que demanda abordagens interseccionais para promover a equidade e o empoderamento dessas mulheres.

Para além da força política e social evidenciada na atuação dessas mulheres, percebe-se também a importância de se compreender a complexidade de suas práticas culturais e econômicas em contextos de deslocamento e afastamento de seus territórios de origem. A produção artesanal, enquanto saber tradicional e prática cotidiana, assume papel central nesse processo, constituindo-se como forma de expressão identitária, de resistência cultural além de estratégia de geração de renda. Conforme apontado por Torres (2022), o artesanato indígena, especialmente aquele desenvolvido por mulheres, articula conhecimentos entre gerações, habilidades técnicas e simbologias culturais, compondo um campo de saber e fazer que transita entre o tradicional e o contemporâneo.

No contexto amazônico, o trabalho artesanal ultrapassa a função utilitária dos objetos produzidos, e no caso das atividades realizadas por mulheres indígenas não aldeadas como as associadas da AMARN configura-se como uma forma de economia solidária e de afirmação de autonomia financeira. Cada peça artesanal produzida, carrega consigo significados culturais, étnicos, religiosos e políticos, representando uma forma de comunicação e preservação da memória coletiva dos povos indígenas bem como de sua história. De acordo com Barbosa e

D'Ávila (2014), essas práticas materializam uma perspectiva ancestral de mundo, ao mesmo tempo em que dialogam com as exigências do mercado urbano.

Além disso, o protagonismo dessas mulheres evidencia processos de enfrentamento às desigualdades de gênero e às violências simbólicas a que estão submetidas, especialmente nos espaços urbanos, onde sua presença é frequentemente invisibilizada.

Nesse sentido, torna-se fundamental considerar a perspectiva da justiça cognitiva (Santos, 2007), que propõe o reconhecimento e a valorização dos saberes plurais, promovendo práticas interculturais tanto no campo pedagógico quanto nas dinâmicas econômicas. O reconhecimento das múltiplas racionalidades envolvidas na produção, comercialização e na precificação dos artesanatos indígenas permite compreender os entrelaçamentos entre cultura, gênero, economia e educação que marcam a atuação dessas mulheres.

Assim, ao valorizar os saberes tradicionais e conhecimentos científicos dessas artesãs indígenas não aldeadas, a prática pedagógica pode constituir-se como espaço de resistência e emancipação, contribuindo para o fortalecimento de suas trajetórias, para a autonomia econômica e para o desenvolvimento humano em contextos de interculturalidade.

Diante das complexas interseções entre gênero, etnia e classe que moldam as trajetórias das mulheres indígenas não aldeadas, como as vinculadas à AMARN, o racismo estrutural e a violência de gênero emergem como barreiras persistentes, agravadas pelo acesso precário a serviços públicos e pela marginalização em políticas inclusivas, conforme destacado por Lasmar (2008) e Sacchi (2003). Essas vulnerabilidades não apenas perpetuam ciclos de exclusão socioeconômica, mas também desvalorizam os saberes tradicionais inerentes às práticas cotidianas dessas mulheres, como o artesanato, que incorporam dimensões matemáticas e financeiras implícitas.

Nesse contexto, a Etnomatemática emerge como uma abordagem teórica e pedagógica estratégica, proposta por D'Ambrósio (2002), que reconhece e valoriza as práticas matemáticas culturais historicamente marginalizadas, articulando-as com experiências locais para fomentar a autonomia e a resistência cultural. Ao conectar esses saberes etnomatemáticos com o artesanato e a educação financeira, é possível promover o empoderamento dessas mulheres, transformando vulnerabilidades em instrumentos de protagonismo social e econômico, o que





**XXIII  
SEINPE**  
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

pavimenta o caminho para uma análise mais aprofundada das interseções entre Etnomatemática, artesanato e educação financeira, como será abordado, a seguir.

### **Etnomatemática, Artesanato e Educação Financeira, Saberes em Intersecção**

A Etnomatemática, segundo D'Ambrósio (2002), reconhece a pluralidade de práticas matemáticas desenvolvidas por diferentes grupos culturais, especialmente aquelas historicamente marginalizadas pelos currículos escolares tradicionais. Tem ainda o objetivo de valorizar os conhecimentos construídos fora do espaço escolar, articulando saberes locais com experiências práticas do cotidiano.

A Etnomatemática, em comunidades indígenas, permite compreender como práticas sociais, como o artesanato, mobilizam conceitos matemáticos, como geometria, simetria, proporção, contagem e padronização, transmitidos por oralidade e observação intergeracional. Segundo Lopes e Mendes (2017), esses saberes matemáticos culturais promovem uma educação intercultural, valorizando conhecimentos tradicionais, integrando-os ao ensino formal e fortalecendo a identidade e autonomia das comunidades indígenas.

A relação entre Matemática e artesanato indígena constitui-se como opção em potencial para o fortalecimento da valorização de epistemologias locais, contribuindo para a construção de uma educação intercultural. Nesse sentido, a prática artesanal assume múltiplas funções, sendo ao mesmo tempo, um instrumento de expressão cultural como estratégia de afirmação identitária e uma atividade econômica de relevante impacto comunitário.

No entanto, o vasto potencial econômico do artesanato indígena encontra barreiras e desafios diretamente relacionados à gestão financeira dos processos, à precificação e divulgação das peças e ao acesso a mercados consumidores formais. Nota-se uma ausência de políticas públicas voltadas para a formação específica na área, que considere cada peculiaridade da fabricação e comercialização destes produtos, o que limita o desenvolvimento dessas atividades como fonte sustentável de renda. Iniciativas voltadas à educação financeira em comunidades indígenas têm se mostrado eficazes ao promover formação em temas como planejamento, organização de recursos, investimento e comercialização, respeitando os contextos culturais e as lógicas coletivas de produção e circulação dos bens simbólicos (Silva; Gomes, 2018).



**XXIII  
SEINPE**  
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMZNAS

De acordo com os referidos autores, o processo de precificação dos produtos artesanais indígenas não deve ser compreendido unicamente sob a ótica econômica, mas também como uma construção simbólica e coletiva, de perpetuação de saberes. Os critérios de precificação adotados pelas artesãs da AMARN incluem fatores como o tempo investido na confecção, a origem dos materiais, os conhecimentos empíricos acerca dos significados atribuídos às peças e os custos associados à produção sejam eles custos fixos, variáveis, ou ainda custo-tempo de produção ou de coleta de recursos naturais que eventualmente servirão como matéria prima. Tais critérios revelam a articulação entre saberes tradicionais e exigências do mercado financeiro, o que demanda uma abordagem que seja sensível às especificidades culturais de cada povo.

Além dos aspectos materiais e da força de trabalho envolvida, é imprescindível considerar o valor imaterial dos saberes ancestrais que conferem às peças artesanais sua singularidade estética e cultural. Reconhecer esse valor intrínseco existente, fortalece práticas comerciais éticas, e contribui para a promoção de um comércio justo e culturalmente respeitoso. Ao se valorizar a dedicação, o tempo e o conhecimento mobilizados pelas artesãs, reconhece-se o artesanato como um patrimônio vivo, cuja importância extrapola os limites do consumo.

A construção coletiva de parâmetros de qualidade e precificação, conforme demonstrado nos encontros e reuniões interétnicos realizados pelas associadas da AMARN, reforça a necessidade de respeitar a diversidade de técnicas, estilos, significados e materiais utilizados, de maneira que, nesses processos o preço das peças reflete não apenas seu valor econômico, mas também o valor simbólico, afetivo e social das artesãs e de seus povos. Dessa forma, a precificação se transforma em um ato pedagógico, político e identitário, sendo entendida como um processo participativo que integra os saberes indígenas e fortalece a autonomia das mulheres artesãs.

No caso da AMARN, iniciativas formativas voltadas à gestão, comercialização e finanças demonstram que, mesmo diante de desafios como a baixa escolaridade, a ausência de pontos fixos ou virtuais de venda e a sobrecarga de trabalho, é possível promover a inclusão produtiva de forma justa e sustentável. Essas ações são reflexos direto da Agenda 2030 da ONU, em referência a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de maneira especial aqueles voltados à erradicação da pobreza (ODS 1), visto que o artesanato

gera renda para as associadas, e à promoção da igualdade de gênero (ODS 5), pois somente mulheres são associadas.

Assim, ao articular a renda gerada pelo artesanato com a valorização de práticas culturais, essas ações reforçam a relevância de investigar as interseções entre etnomatemática e educação matemática financeira, promovendo práticas empreendedoras que são simultaneamente e culturalmente enraizadas, bem como socialmente transformadoras. Para compreender como esses processos se manifestam no contexto da AMARN, a próxima seção será apresentada a metodologia do estudo, que permitiu uma análise aprofundada das práticas e saberes das artesãs indígenas.

## Metodologia

Este estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, conforme preconizado por Creswell (2014), com uma perspectiva etnográfica, visando compreender os saberes matemáticos e as dinâmicas de gênero a partir das vivências das mulheres indígenas artesãs não aldeadas, vinculadas à Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). A etnografia, segundo Geertz (1989), possibilita a apreensão dos significados culturais atribuídos às práticas sociais por meio de uma imersão profunda no contexto e da escuta atenta das narrativas dos sujeitos, permitindo uma análise densa das interseções entre saberes tradicionais, práticas artesanais e questões de gênero.

A investigação foi realizada junto a mulheres indígenas de diferentes etnias da região do Alto Rio Negro, residentes em contexto urbano na cidade Manaus (AM), organizadas na AMARN. As participantes foram selecionadas por meio de amostragem intencional, considerando critérios como a experiência com o artesanato, a atuação na associação e a disponibilidade para participar das atividades da pesquisa. A participação no estudo foi voluntária, e as associadas presentes assinaram autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os princípios éticos da pesquisa com povos indígenas.

Para a recolha das informações, a pesquisa empregou rodas de conversa, conforme preconizado por Passos, Sales e Malcher (2010), privilegiando a escuta ativa e o diálogo horizontal entre pesquisadores e participantes. Essas rodas foram realizadas em diferentes contextos de atuação das mulheres vinculadas à (AMARN), permitindo a observação



sistemática das dinâmicas interativas e o registro de narrativas, práticas culturais e experiências cotidianas. Essa abordagem imersiva e contextualizada possibilitou uma compreensão aprofundada e sensível das vivências dessas mulheres, respeitando seus modos de ser, fazer e conhecer, em alinhamento com os princípios éticos da pesquisa com comunidades tradicionais e da valorização dos saberes subalternizados, conforme discutido por Santos (2010).

A observação participante, conforme preconizada por Denzin (2017), foi conduzida durante oficinas de produção artesanal realizadas pelas associadas da AMARN e acompanhada pelos pesquisadores, bem como em reuniões organizadas pela associação, permitindo à pesquisadora uma imersão profunda no cotidiano das participantes. O registro sistemático dessas vivências foi realizado por meio de diários de campo, possibilitando a captação das dinâmicas de interação, dos processos de transmissão de saberes e da mobilização de conceitos matemáticos, como padrões, simetrias, contagens e proporções, em contextos autênticos de trabalho artesanal.

A análise dos produtos artesanais foi realizada por meio da observação direta das peças confeccionadas pelas associadas da AMARN. Complementarmente, foi utilizado o registro fotográfico, conforme preconizado por Kossoy (2002), adotado como recurso metodológico para documentação e análise visual. Com a devida autorização das participantes, em conformidade com as diretrizes éticas da pesquisa, foram realizadas fotografias dos processos produtivos e dos produtos finalizados, contribuindo para a preservação da memória cultural das práticas observadas e para a análise posterior dos aspectos formais, estéticos e simbólicos das peças. Essa abordagem metodológica, ao integrar diferentes formas de observação e escuta, possibilitou uma compreensão multidimensional dos saberes etnomatemáticos e das experiências das mulheres indígenas artesãs em seus contextos de vida e trabalho.

A análise dialógica e cultural (Bakhtin, 2003; Candau, 2012) foi empregada como orientação teórica para interpretar os dados no entrecruzamento entre cultura, identidade e conhecimento. A análise dos dados foi orientada pela triangulação das fontes de informação (campo, fala e imagem), articulando os registros das observações participantes, transcrição das falas das rodas de conversa, e a análise visual dos artefatos artesanais. O foco principal do estudo foi a compreensão da densidade simbólica das práticas, em consonância com os

princípios da Etnomatemática (D'Ambrosio, 2002) e da justiça cognitiva (Santos, 2007). Dessa forma, a seguir serão apresentados os resultados deste estudo.

## Discussão

Os saberes matemáticos das mulheres da AMARN estão intrinsecamente ligados às suas práticas artesanais, como observamos, só para citar, na construção de cestarias que exige o uso de simetria e padrões geométricos, enquanto os bordados e adornos envolvem contagem e proporções para criar desenhos harmônicos. Esses conhecimentos são frequentemente aprendidos de forma oral e prática, transmitidos por mães, avós e outras mulheres da comunidade, de geração em geração, configurando um processo educativo informal que reflete a cultura indígena, e que são de exclusividade dos saberes tradicionais do gênero feminino.

As rodas de conversa, realizadas com grupos de artesãs da AMARN, configuraram-se como espaços dialógicos que promoveram reflexões sobre identidade indígena urbana, desafios enfrentados por mulheres não aldeadas, estratégias de empoderamento e práticas de autonomia econômica. Esses encontros, caracterizados pela horizontalidade e colaboração, facilitaram a emergência de narrativas e saberes que instrumentos formais de coleta, como entrevistas, dificilmente captariam, conforme ilustrado na Figura 1.

**Figura 01:** Roda de conversa no encontro mensal da AMARN



Fonte: Moreira, 2025

A análise dos registros fotográficos, fundamentada na perspectiva de Kossoy (2002), que concebe a fotografia como um documento histórico e cultural capaz de preservar e revelar significados intrínsecos às práticas sociais, permitiu captar a riqueza das interações e dos saberes mobilizados pelas mulheres indígenas da AMARN durante as oficinas e rodas de conversa.

As imagens reunidas no mosaico da Figura 01, ao documentarem momentos de produção artesanal, diálogos coletivos e expressões culturais, como danças tradicionais, configuram-se como representações visuais que transcendem a mera ilustração, permitindo compreender as dimensões etnomatemáticas, culturais e financeiras das práticas das artesãs. Essa abordagem, ao articular a observação visual com a escuta ativa, evidencia a interseccionalidade entre saberes tradicionais, práticas pedagógicas e dinâmicas de gênero, conforme ilustrado na seção subsequente.

Em detalhe ilustrado na Figura 1C, observa-se a interação entre membros do GEPIMat e as associadas da AMARN, evidenciando o caráter participativo e dialógico das rodas de conversa. Já a Figura 1D destaca um momento emblemático em que os saberes empíricos das participantes emergiram de maneira orgânica, por meio da realização de uma dança tradicional típica, performada pelas mulheres indígenas presentes, reforçando a conexão entre suas práticas culturais e as reflexões compartilhadas durante os encontros.

Durante a participação nas oficinas produções artesanais, como cestarias, bordados e artefatos tecidos com fios (Figura 2), foi possível perceber a integração de saberes empíricos tradicionais com práticas pedagógicas. Destaca-se, na Figura 2D, um artesanato desenvolvido pelas associadas da AMARN, que também são estudantes indígenas do curso de Formação de Professores Indígenas (FPI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o propósito de ensinar conceitos matemáticos, representando unidades, dezenas e centenas. Essa iniciativa reflete o esforço de articular os conhecimentos tradicionais do artesanato com saberes pedagógicos, especialmente por parte de artesãs indígenas em formação inicial como professoras, promovendo uma abordagem Etnomatemática que conecta práticas culturais e educação.

A análise teve como objetivo identificar os elementos matemáticos presentes nas formas, nos arranjos visuais e nos processos de composição desses objetos, reconhecendo a



presença de conhecimentos geométricos, lógicos e estruturais intrinsecamente situados no contexto cultural das artesãs. Essa abordagem evidencia a potência das práticas artesanais como expressões de saberes matemáticos culturalmente relevantes, contribuindo para a valorização dos conhecimentos indígenas e para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

**Figura 02: Oficina de artesanato**



Fonte: Moreira, 2025

A análise das práticas artesanais das mulheres da AMARN, ilustrada no mosaico da Figura 02, a seguir, destaca a integração de saberes etnomatemáticos com práticas pedagógicas, evidenciando a potência do artesanato como veículo para o ensino de conceitos matemáticos.

Observa-se na Figura 2C o papel central da AMARN como um espaço de empoderamento feminino, onde as associadas, predominantemente mulheres indígenas não aldeadas, articulam saberes tradicionais e científicos para fomentar a autonomia econômica e cultural, conforme destacado por Lasmar (2008) em suas reflexões sobre o protagonismo das mulheres indígenas urbanas na resistência ao racismo estrutural e à desigualdade de gênero.

Nesse contexto, as artesãs, algumas das quais são estudantes da FPI/UFAM, mesclam aprendizados formais (Figura 2D) com práticas ancestrais do artesanato, promovendo uma epistemologia híbrida que integra conhecimentos escolares a saberes locais, como preconizado por Santos (2010) em sua defesa das epistemologias do Sul, que valorizam a pluralidade de saberes.

Particularmente na produção artesanal com o tear, observam-se conhecimentos etnomatemáticos manifestos em conceitos como padrões geométricos, simetria e proporções

(Figura 2A e 2B), que são transmitidos intergeracionalmente por meio de oralidade e observação, conforme explorado por Lopes e Mendes (2017) em sua análise de práticas matemáticas indígenas como ferramentas para uma educação intercultural, fortalecendo assim a identidade cultural e a práxis pedagógica das associadas da AMARN.

As questões de gênero, no entanto, impõem desafios como a desvalorização do trabalho artesanal feminino, especialmente em contextos urbanos não aldeados, a sobrecarga de responsabilidades domésticas limita o reconhecimento social dessas mulheres. A AMARN atua como um espaço de resistência, promovendo o empoderamento por meio da valorização dos saberes tradicionais e da criação de redes de apoio. A análise dos dados preliminares sugere que a etnomatemática não apenas reforça a identidade cultural dessas mulheres, mas também pode ser uma ferramenta de emancipação, ao conectar seus saberes à educação formal.

## Conclusões

Este estudo evidenciou a importância da Etnomatemática como referencial teórico-metodológico para a compreensão dos saberes matemáticos mobilizados por mulheres indígenas artesãs não aldeadas da Associação das Mulheres Artesãs do Alto Rio Negro (AMARN). Ao investigar os processos de construção, desenvolvimento e transmissão desses conhecimentos no contexto do artesanato, foi possível reconhecer formas de fazer matemática que não seguem necessariamente os padrões escolares, mas que estão integradas à cultura local. São práticas matemáticas que fazem sentido dentro do contexto sociocultural em que ocorrem, articuladas à experiência coletiva e ao saber ancestral.

As questões de gênero emergem como dimensão central da análise, influenciando tanto os obstáculos enfrentados pelas artesãs em contextos urbanos, como a invisibilidade social, a sobrecarga de trabalho e as limitações no acesso a mercados consumidores de artesanato, quanto as estratégias de resistência, organização e empoderamento protagonizadas por essas mulheres. Nesse sentido, a articulação entre Etnomatemática e Educação Matemática Financeira revelou-se um caminho promissor para o fortalecimento da autonomia econômica e para a valorização do trabalho artesanal indígena.

Entre as principais contribuições deste estudo, destacam-se: a valorização do conhecimento matemático tradicional feminino indígena evidenciado na produção artesanal



com simetria contagem e proporção; a possibilidade de produção de materiais pedagógicos interculturais que integrem a Etnomatemática às práticas artesanais; e a promoção de reflexões sobre políticas públicas voltadas ao reconhecimento do artesanato indígena como prática legítima de trabalho, cultura e educação. Conclui-se, portanto, que a valorização dos saberes das mulheres da AMARN contribui para a justiça cognitiva e para a construção de uma educação verdadeiramente intercultural, sensível às múltiplas epistemologias presentes na realidade amazônica.

## Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, M.; D'ÁVILA, K. **Mulheres indígenas e economia solidária na Amazônia: desafios e perspectivas**. Manaus: UFAM, 2014.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DENZIN, N. K. **The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods**. New York: Routledge, 2017.

FLEURI, Reinaldo. Educação intercultural: mediações necessárias. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, identidade e currículo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 135–152.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KOSSOY, B. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro: Fotógrafos e Ofícios da Fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

LASMAR, C. Mulheres indígenas: identidade, corpo e saúde. In: LANGDON, E. J.; WIKKEE, S. (org.). **Antropologia da saúde: traçando identidades e explorando fronteiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 271–294.

LASMAR, C. **De olhos abertos: Mulheres indígenas e a cidade**. São Paulo: Edusp., 2008.



**XXIII  
SEINPE**  
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

LOPES, C. E.; MENDES, J. R. **Etnomatemática e Educação Indígena: Práticas e Saberes em Contexto**. Bolema, 31(57), 324-344, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PASSOS, E.; Sales, A.; Malcher, M. **Rodas de Conversa: Um dispositivo para a pesquisa-intervenção**. Psicologia & Sociedade, 22(1), 123-130, 2010.

SACCHI, M. das G. **Mulheres indígenas e protagonismo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 85–99, 2003.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83.

SANTOS, B. de S. **Para Descolonizar o Ocidente: Além do Pensamento Abissal**. São Paulo: 2010.

SILVA, C. A.; GOMES, I. S. **Artesanato indígena e precificação simbólica: saberes tradicionais e estratégias econômicas**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 297–312, 2018.

TORRES, L. K. A. **Saberes de tramas: mulheres indígenas, etnomatemática e economia do artesanato no contexto urbano**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.